

ABORDAGENS SOBRE ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Coordenador: Alfio Brandenburg - UFPR

Apresentadores (as):

Cimone Rozendo de Souza – UFRN

Henrique Carmona Duval – UFSCar

Paulo Eduardo Muruzzi Marques –USP

Justificativa

As crises socioambientais que ocorrem nas sociedades contemporâneas, levam atores e instâncias das sociedades organizadas a buscarem alternativas que possam reverter a situação de “quase catástrofe” provocado pelo clima e pelo desequilíbrio ambiental. Ulrich Beck, na sua obra *A Metamorfose do Mundo* indicaria que em função do limiar de uma possível catástrofe estaria emergindo uma metamorfose ecológica em resposta as crises naturais e sociais. No Brasil, desde os anos setenta, ocorre na agricultura um movimento que vai na direção apontada por Beck. O movimento em favor de uma agricultura alternativa ganhou força e na atualidade se expressa como movimento agroecológico. O movimento agroecológico, após sua institucionalização, desenha um cenário em que ecologia não significa apenas prática agrícola. Os movimentos sociais discutem, além das práticas sociotécnicas, questões relacionadas com os modos de vida, relação homem-natureza, projetos de vida, gênero, mulheres, racismo, vida de povos tradicionais etc. A ecologia seria, dessa forma, portadora de uma mensagem que não trataria apenas de movimentos de reapropriação da natureza, mas também de processos emancipatórios onde os atores se instituem como sujeito de suas trajetórias de vida.

Assim, os diversos estudos sobre ecologização ou transição ecológica, que identificamos na literatura, aportam modelos analíticos que nos inspiram a trazer para o debate perspectivas instigantes para se entender a ecologização da agricultura e do rural. Entre as abordagens reconhecidas por sua relevância teórico-prática, escolhemos três: abordagem decolonial, teoria da justificação, e ação social. Elas serão apresentadas a partir das experiências dos pesquisadores, embora focados em seus modelos analíticos.

1.Saberes insurgentes e ecologização dos espaços rurais: contribuições a partir da experiência agroecológica no semiárido potiguar

Cimone Rozendo de Souza – UFRN

Resumo

A apresentação está pautada no debate que temos realizado com parte dos membros dessa proposta sobre ecologização dos espaços rurais no âmbito de Gts, como o de Ecologias e os processos de reorganização social do ambiente rural na Associação Nacional de Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), do Grupo de trabalho sobre Meio Ambiente e Rural na Rede de Estudos Rurais e também de projetos de cooperação como o CAPES/Cofecub “Transição Agroecológica dos Sistemas Agroalimentares na França e no Brasil”. O objetivo será debater sobre as formas e os efeitos desta ecologização nos territórios rurais. Pretende-se refletir sobre os limites dessa ecologização do rural como um elemento reabilitador da agência dos sujeitos e de seus territórios (Jollivet, 2001, Mormont, 1997; Gerhardt, 2006). A partir da abordagem teórica da colonialidade (Mignolo e Walsh, 2005) destacamos como em certas situações essa ecologização impulsiona uma ecologia de saberes, aglutinando forças para a ação coletiva objetivando a construção de territórios sustentáveis. Tomamos como ponto focal da reflexão as experiências inspiradas no paradigma de “convivência com o semiárido” (reelaboração que combina reflexão acadêmica e as lutas dos movimentos sociais camponeses) em seus esforços de construir um território agroecológico no sertão nordestino. Identificamos que neste caso, esta ecologização envolve não apenas mudanças de ordem técnica, mas transformações sociais, epistemológicas e políticas, centradas na valorização dos bens comuns e na autonomia dos sujeitos rurais, ao mesmo tempo em que seus sentidos são também capturados refuncionalizando espaços sob a insígnia do “ecologicamente sustentáveis” mas que operam capitalizando a natureza (Leff, 1996).

Palavras-chave: Agroecologia; Ecologização; Saberes insurgentes; Semiárido.

A ecologização dos espaços rurais, sob as lentes teóricas de Marcel Jollivet (2001) e Marc Mormont (1997), representa uma transformação profunda na forma como a sociedade moderna concebe, utiliza e regula o campo em um cenário de crise do projeto civilizatório da modernidade. Segundo os autores, o meio rural constitui o ponto de contato por excelência entre a sociedade e a natureza, pois nele se concentram a maior parte dos solos, das águas e da biodiversidade. Esse processo de ecologização não é meramente técnico, mas sim uma reconstrução da própria categoria do "rural", que passa a ser permeada, estruturada e dinamizada pela referência ambiental como eixo central e de legitimidade de processos de desenvolvimento. Jollivet identifica que essa mudança ocorre a partir da "ambientalização" (ACSELRAD, 2010) de antigos problemas rurais agora rebatizados a partir de preocupações com a defesa da natureza e o debate sobre as futuras modalidades da agricultura. Nesse contexto, o autor observa cinco evoluções fundamentais: a separação entre o rural e o agrícola, onde o campo deixa de ser exclusividade da população camponesa devido à suburbanização; a separação entre o agrícola e o rural, em que a agricultura industrial produtivista deixa de ser vista como uma atividade rural intrínseca; a perda do protagonismo do rural como protetor automático da natureza; a transformação do rural em um espaço para estratégias de localização urbana baseadas no conforto e estética; e, finalmente, o rural como lugar de aplicação da doutrina ambientalista planetária, transformando-se em um reservatório de recursos e amostras da natureza por meio da proliferação de áreas protegidas. A perspectiva de Marc Mormont

(1997) complementa essa análise ao afirmar que o meio ambiente não é apenas um adendo às questões rurais clássicas, mas um modelo de referência que as reformula e as recompõe inteiramente. Para Mormont, o encontro do rural com o meio ambiente é o resultado de uma "crise do espaço", caracterizada por uma ruptura entre as condições ecológicas de reprodução da sociedade e as dinâmicas socioeconômicas de uso dos recursos naturais. O autor define o rural como uma categoria sociopolítica transversal que permite interpretar as mudanças globais através de novas concepções de trabalho, natureza e solidariedade entre grupos. Para ele, o meio ambiente torna-se um território que sustenta identidades locais e regionais, funcionando como uma linguagem potencial para uma reconceitualização política do rural. Isso redefine o recorte urbano-rural, pois a natureza assume um valor indispensável para os habitantes urbanos, transformando os atores rurais em mediadores estratégicos entre a sociedade global e os espaços naturais. Essa nova dinâmica gera o que se chama de patrimonialização dos espaços rurais, onde a conservação busca legitimidade pública ao ser apresentada como um bem comum.

Mas estudos revelam que nem sempre o meio ambiente se torna uma linguagem potencial para agricultura familiar (ROZENDO, 2006) destacando como ele pode também constituir um bloqueio à reprodução social, com exigências normativas que este segmento têm dificuldades em cumprir. Advogamos portanto, que esta ecologização manifesta-se de forma difusa, por vezes, contraditória que se recombina a depender de aspectos contextuais. Não poucas vezes, ouvimos narrativas governamentais que reforçam o lugar do rural como um espaço estratégico para a conservação, mas ele também é um território de produção e sobrevivência cujos objetivos ambientais nem sempre podem ou são levados em consideração. Jollivet critica o modelo que busca enclausurar a proteção da natureza em "guetos" ou reservas isoladas, defendendo a transição de uma concepção de "natureza excepcional" para uma "natureza ordinária e cotidiana". Nessa visão integradora, a proteção ambiental não deve ser um fragmento externo ou uma externalidade a ser mitigada, mas sim integrada ao próprio processo produtivo agrícola. Para Jollivet, a realização de um "ruralismo utópico" — com águas limpas e paisagens conservadas ao lado de uma produção sustentável — só é possível se construída a partir das coletividades territoriais e de novos arranjos institucionais que superem esta visão fragmentada da natureza. Para isso há que se apoiar formas insurgentes de sustentar a vida, que recuperem os nexos do ser humano com o seu entorno.

Na concepção de Mormont (1997) os sentidos dessa reconstrução social do meio ambiente no espaço rural não estão dados e dependem de processos de negociação e apropriação que estão em disputa. Na região do nordeste brasileiro, a Articulação do Semiárido, que reúne atualmente mais de três mil organizações e movimentos sociais, tem sido um ator fundamental nos processos de ecologização. Inspirados na ideia de "convivência com o semiárido" cuja premissa é de que não é possível combater a seca, mas conviver com ela, a organização tem impulsionado práticas ecológicas que estão a reposicionar o rural como espaço privilegiado de um modo de vida que se quer preservar. Esta ecologização tem sido fundamental para a construção de territórios agroecológicos, especialmente em regiões historicamente marginalizadas, como o semiárido brasileiro. A ecologização dos espaços rurais refere-se à reconfiguração das práticas produtivas, sociais e culturais a partir de princípios ecológicos, valorizando a diversidade, os saberes locais e a sustentabilidade dos bens comuns. Esse processo tem sido protagonizado por agricultores familiares e organizações sociais que, por

meio da agroecologia, constroem alternativas ao modelo dominante, a partir de seus saberes insurgentes. As experiências se baseiam no diálogo de saberes, integrando conhecimentos tradicionais e científicos e promovem a conservação de bens essenciais como água, sementes, solos e florestas (ROZENDO e BRANDENBURG, 2022). Práticas como bancos de sementes, construção de cisternas, manejo sustentável da caatinga e diversificação produtiva fortalecem a autonomia dos agricultores e ampliam sua capacidade de convivência com o semiárido. Além disso, reforçam o protagonismo dos agricultores na produção de alimentos saudáveis que são facilmente identificados nas feiras, nos mercadinhos locais, mas também nas escolas do município, por meio dos mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A ecologização também contribui para a reterritorialização, isto é, para a reconstrução de vínculos entre os sujeitos e seus territórios. Os territórios agroecológicos valorizam a sociodiversidade e reconhecem múltiplas formas de re-existência e produção (PORTO-GONÇALVES, 2012) onde práticas locais ganham legitimidade e visibilidade. Como dissemos, anteriormente a consolidação dos territórios agroecológicos está diretamente ligada à organização coletiva dos agricultores. Movimentos sociais, sindicatos e iniciativas comunitárias desempenham papel central na construção de estratégias de acesso à terra, à água e aos meios de produção. Mas essa ecologização dos espaços rurais, a partir da ideia de convivência que tem a agroecologia como um carro chefe, é marcada por importantes tensões. Uma das principais refere-se à disputa entre o modelo agroecológico e o do agronegócio. A expansão da agricultura empresarial, especialmente a fruticultura irrigada, pressiona bens comuns estratégicos, como a água, gerando inúmeros conflitos. Além disso o conhecimento tradicional, base da agroecologia, é frequentemente desvalorizado, frente à racionalidade técnico-científica dominante, pela próprio serviço de assistência técnica local, refletindo a permanência da colonialidade do saber (PINTO; MIGNOLO, 2015; SHIVA, 2003)

Considerações finais

A ecologização dos espaços rurais tem de fato sido uma linguagem potencial significativa na construção de territórios agroecológicos no semiárido, contribuindo para promover a autonomia, a sustentabilidade e a valorização dos saberes locais que se insurgem contra as formas hegemônicas de conceber a natureza. Esses territórios representam alternativas concretas de manutenção e convivência com o meio ambiente, ancorados na ideia de justiça social e de um mundo “otro”, para usar a expressão de Walsh (2005).

No entanto, esse processo é atravessado por tensões estruturais, políticas e epistemológicas. Esta ecologização aponta para a necessidade de um novo contrato social que reconheça a multifuncionalidade do rural que promova uma nova racionalidade ambiental que valorize o saber-fazer local. O desafio é que isso se converta em ganho democrático e de fortalecimento da função social que o espaço rural e a agricultura familiar cumprem no processo de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ACSERALD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Dossiê teorias socioambientais . Estud. av. 24 (68). 2010
- GERHARDT, C e ALMEIDA, J. A problemática do meio ambiente nos espaços rurais: o exercício do poder e a legitimidade da dominação em áreas naturais protegidas Raízes, Campina Grande, vol. 25, nºs 1 e 2, p. 10–25, jan./dez. 2006
- JOLLIVET, Marcel L'environnement une dimension nouvelle pour le rural. In: Pour une science sociale à travers champs: Paysannerie, ruralité, capitalisme (France xxe siècle), Paris, Éditions Arguments, 2001.
- LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau SC: FURB, 2000b. 381p.
- MORMONT, M. A la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel (Org.). Vers un rural postindustriel. Paris: Éditions L'Harmattan, 1997, p. 17 - 44.
- ROZENDO, C. políticas ambientais, agricultura familiar e a recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba. Tese doutorado, Programa de Pós Graduação em Meio ambiente e desenvolvimento (MADE), Curitiba, 2006
- ROZENDO, C e BRANDENBURG, A. Saberes insurgentes e a proteção dos bens comuns: práticas e formas de re-existência na construção do território agroecológico no semiárido potiguar. Rev. Pós Ciênc. Soc., São Luís, v.19, n.3, 527-550, set/dez, 2022
- PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-/set. 2015.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- WALSH, C. Pensamento crítico e matriz colonial, Equador, Editora da Universidade Simón Bolívar, 2005.

2. Ação Social e Transições Agroecológicas

Henrique Carmona Duval - UFSCar

Introdução

A Agroecologia consolidou-se, nas últimas décadas, como ciência, prática, movimento social e projeto político de transformação dos sistemas alimentares e da sociedade (Norder et al., 2016). Essas diferentes esferas não existem de forma desconexa, mas promovem permanentemente diálogos na construção de um campo social (Bourdieu, 1996). Suas epistemologias, paradigmas, objetos de estudo e ações práticas ultrapassam os limites da produção agrícola, constituindo-se um campo popular e interdisciplinar voltado à compreensão e à transformação das relações entre sociedade e natureza, com forte enfoque no campesinato e nos sistemas alimentares.

As transições agroecológicas não decorrem exclusivamente da adoção de tecnologias ambientalmente adequadas, mas de processos coletivos de ação social, capazes de transformar as formas de organização da produção, da circulação, do consumo, da gestão dos recursos

naturais e das relações de poder nos territórios (Sevilla Guzmán, 2002). Esses processos exigem metodologias participativas que envolvem diferentes instituições e agentes sociais, nos meios rural e urbano, formando redes sociotécnicas.

Nessa abordagem, a ação social passa a ser concebida como um processo coletivo de organização, mobilização e intervenção capaz de produzir mudanças institucionais, culturais, econômicas, agrícolas e ecológicas. Agricultores e agricultoras, povos indígenas, comunidades rurais, movimentos sociais, cooperativas, organizações da sociedade civil, consumidores, pesquisadores, agentes públicos e privados tornam-se protagonistas e coprodutores dessas redes alternativas ao modelo agroalimentar dominante.

O objetivo deste trabalho é fazer um balanço de ações que vêm sendo desenvolvidas pelas universidades, com a participação de agricultores e agricultoras familiares, suas organizações formais, os movimentos sociais, agentes públicos e população urbana, apontando para os desafios de continuidade das experiências.

Certificação participativa e comercialização

A feira “Da roça pra mesa: feira de alimentos orgânicos e artesanais” é realizada semanalmente desde 2016, em Araraquara/SP, por meio de ações do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor). Envolve dar assessoria técnica a uma OCS (Organização de Controle Social), sobretudo para manter os registros junto ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Isso permite que agricultores(as) atestem a conformidade da produção orgânica e participarem da feira, que é a única feira agroecológica dentro da política municipal de feiras livres.

A feira abrange uma série de relações entre diferentes agentes sociais: agricultores(as) do assentamento Bela Vista do Chibarro, outros(as) produtores(as) artesanais, consumidores e coprodutores, agentes públicos de diversas secretarias e coordenadorias municipais (como a agricultura, a segurança alimentar, a economia solidária e a assistência social) e do DAAE (Departamento Autônomo de Água e Esgoto). Ações como reuniões e registros da OCS, regulamentação e estatuto da feira, definição de local e horários, avaliação sobre os rumos da feira, permissões de uso e melhoria do espaço público, dentre outras, são decididas de forma participativa entre os agentes envolvidos.

Serão apresentados resultados de pesquisas que apontam as diferenças de preço e de diversidade da produção de alimentos orgânicos comercializados na feira, a construção de relações solidárias entre produtores e coprodutores e a capacidade que a feira tem de influenciar hábitos alimentares mais saudáveis. Por outro lado, enquanto mercado territorial para a produção da OCS, a feira representa um importante espaço para a transição agroecológica. No entanto, enfrenta inúmeros desafios na perspectiva da massificação da agroecologia no território, sobretudo pela influência da produção canavieira no entorno e no interior do assentamento.

Um resultado bastante expressivo se deu com a elaboração e aprovação de uma Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), em Araraquara, no ano de 2024. A continuidade das ações de certificação participativa e de comercialização, além da proximidade e interlocução com o executivo e com o legislativo municipais à época foram

decisivas para a aprovação da lei. Atualmente, mudanças radicais na gestão municipal estão repondo os desafios para a transição agroecológica.

Sistemas de produção vegetal e animal

As ações se deram no âmbito do NEA-Casas (Núcleo de Estudos em Agroecologia, Culturas e Sistemas Alimentares), em torno da construção do conhecimento em Sistemas Agroflorestais (SAF), com a implantação e monitoramento de áreas entendidas enquanto “faróis agroecológicos” (Nicholls e Altieri, 2018). Foram três sistemas implantados: um no campus Lagoa do Sino da UFSCar e outros dois em parceria com a Associação de Produtores Orgânicos de Buri/SP (APOB) e com a Cooperativa de Produção de Plantas Medicinais (Cooplantas), cooperativa de mulheres assentadas em Itaberá/SP. O principal resultado é que os SAF se tornaram áreas de referência para a transição agroecológica para as organizações dos(as) agricultores(as). Além disso, o SAF do campus Lagoa do Sino funciona como uma unidade pedagógica para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em outra frente de trabalho, serão apresentados resultados das ações em avicultura caipira em sistema agroecológico nos assentamentos rurais. Utilizando-se a metodologia das áreas produtivas e experimentais, a primeira experiência envolveu a participação nos debates acerca da regularização do SIM (Selo de Inspeção Municipal) com os agentes técnicos e municipais, e a criação de uma incubadora para classificação, embalagem e comercialização de ovos caipiras no assentamento Monte Alegre, em Araraquara. Chegou-se a fornecer ovos caipira no Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS), no entanto, posteriormente, essa experiência enfrentou problemas de gestão da cooperativa.

No Sudoeste Paulista, estão sendo implantados dois aviários, um deles no campus Lagoa do Sino, voltado à inovação e desenvolvimento tecnológico, onde já se construiu, além do aviário e da área de pasto, uma casa do ovo limpo em parceria com a Embrapa Agroindústria de Alimentos. Com isso, o projeto busca a regularização sanitária por meio do SISP Artesanal. Outra área, no assentamento Pirituba, é voltada ao fortalecimento das estratégias produtivas da Cooperativa Da Terra, à qualificação da produção e às demandas alimentares das famílias e do abastecimento alimentar da prefeitura (compras públicas). O projeto inclui assessoramento da prefeitura de Itaberá para atualizar a lei do Selo de Inspeção Municipal (SIM) e está em andamento.

Resultados Provisórios

O trabalho propõe discutir as transições agroecológicas por meio da ação social, com foco em projetos das universidades que se utilizam de metodologias participativas. Busca-se analisar sistemas produtivos e inovações, organização coletiva, participação social, redes sociotécnicas e políticas públicas em diferentes contextos territoriais. As experiências serão apresentadas de forma reflexiva e discutidas a partir de seus avanços e desafios.

Pretende-se fomentar o diálogo sobre o papel das universidades nos processos de transição agroecológica, desde a concepção de projetos de extensão até sua influência na formulação de políticas públicas. Igualmente, pretende-se valorizar abordagens interdisciplinares e metodologias participativas que contribuam para compreender como

diferentes formas de ação social vêm impulsionando a construção de sistemas agroalimentares mais justos, democráticos e sustentáveis.

Referências

- BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.
- NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. A. Caminos para la Amplificación de la Agroecología. **Boletín Científico**, n.1. CELIA Ediciones: Medellín, Colombia, 2018.
- NORDER, Luiz Antonio Cabello; LAMINE, Claire; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG, Alfio. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 1-20, 2016.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 18-28, 2002.

3. Justiça ecológica enquanto base de justificação da implantação de Sistemas Agroflorestais: o caso do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável

Paulo Eduardo Moruzzi Marques- USP

A teoria das justificações, desenvolvida por Boltanski e Thévenot (1991; 2020), parte da premissa de que diferentes concepções de justiça coexistem e são mobilizadas pelos atores sociais para legitimar suas posições no debate público. Esse arcabouço teórico permite analisar políticas públicas como arenas de disputa, nas quais distintas ordens de justiça — como a mercantil, a cívica, a industrial, a doméstica, a inspirada e a de opinião — são acionadas para justificar ações e orientar decisões (Boltanski; Thévenot, 1991; Boltanski; Chiapello, 2009). Assim, políticas públicas não se estruturam apenas como instrumentos técnicos, mas como construções normativas e cognitivas que refletem compromissos, tensões e hierarquizações entre diferentes princípios de justiça.

A hipótese da emergência de uma “ordem justa ecológica” amplia esse repertório ao enfatizar princípios de justiça associados à sustentabilidade, bioeconomia e preservação dos recursos naturais (Lafaye; Thévenot, 1993; Latour, 1995; Van Dam; Nizet, 2012; Moruzzi Marques et al., 2021). Tal perspectiva valoriza, em princípio, mais autonomia e simplicidade, visando a preservação dos recursos naturais, com preferência pela atuação em escala local (Moruzzi Marques et al., 2021). Latour (1995) aponta que movimento ecológico corresponde a uma nova política integrada, considerando sua dimensão temporal expressa na longa duração e evidenciando seu direcionamento às gerações futuras, o que tem muita visibilidade nos debates públicos contemporâneos sobre sustentabilidade (Van Dam; Nizet, 2012). Esta hipótese permite também admitir que princípios ecológicos justos se mesclam com outros situados em diferentes ordens de justiça. Por suposto, esta concepção, visando a edificação de um “mundo justo verde”, tem como perspectiva a reconstrução das relações entre as sociedades humanas e a natureza (Moruzzi Marques, 2013).

Não obstante, é pertinente apontar que a história dos discursos ambientais também apresenta produção de práticas consideradas justas, mas contrárias aos princípios morais previstos no

enquadramento da sociologia das justificações referente à igualdade elementar entre os seres humanos (humanidade comum). Tal é o caso da criação de unidades de conservação de proteção integral sob lógica preservacionista de “natureza intocada”, ignorando as populações locais nestes territórios (Diegues, 2008). Por outro lado, o discurso ambiental é adotado por movimentos sociais visando legitimar suas causas com novas roupagens. Neste quadro, a noção de justiça ambiental, tal como examinada por Acselrad (2010), configura-se como meio de defesa de direitos de populações marginalizadas, sendo mobilizada nas lutas socioambientais com vistas a modificar relações de poder.

Partindo desta reflexão, a lente analítica da sociologia das justificações torna estimulante o exame do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II (PDRS) e a incorporação em seu escopo do fomento aos Sistemas Agroflorestais (SAFs). O PDRS foi um programa público instituído no estado de São Paulo pelo Decreto 56.449/2010, vigorando entre 2010 e 2018. Operacionalizado pela então Secretaria de Meio Ambiente (SMA), o programa buscou articular dois objetivos centrais: a inserção da agricultura familiar em mercados e a promoção da conservação ambiental, incorporando os SAFs como um de seus principais instrumentos. A iniciativa priorizou agricultores familiares vinculados a associações e cooperativas, sobretudo assentados graças aos projetos de reforma agrária. Ao todo, foram implementados 602 hectares (ha) de SAFs (na média 1 ha por lote), dos quais aproximadamente 400 se situam em parcelas de famílias pertencentes a assentamentos federais de reforma agrária (SÃO PAULO, 2023).

Com vistas a analisar os resultados do PDRS, o projeto AFLORA (Agrofloresta para Reforma Agrária), desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas (Agremal) do Programa de Pós-Graduação Interunidades (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Centro de Energia Nuclear na Agricultura) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do estado de São Paulo (INCRA/SP), está em desenvolvimento, tendo também como objetivo estimar o potencial de expansão de SAFs em assentamentos graças a diferentes dispositivos de políticas públicas. Assim, a análise aqui apresentada fundamenta-se em resultados empíricos parciais produzidos pela equipe envolvida, a partir de entrevistas com atores diretamente vinculados à formulação e implementação do programa público. Trata-se, portanto, de análise de argumentos com a identificação de princípios de justiça capazes de favorecer práticas e diretrizes associadas à implantação de SAF como perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

A propósito, no momento de formulação e implementação do PDRS, os SAFs foram justificados por um discurso articulando diferentes preceitos de justiça, especialmente situados em concepção ecológica e mercantil de mundo justo. Foram veiculados, de um lado, o argumento da conservação ambiental e, de outro, a promessa de geração de renda e inserção em mercados. Do ponto de vista empírico, os SAFs implantados apresentaram resultados expressivos no plano ambiental. A investigação permitiu elencar a recuperação de áreas degradadas, o aumento da biodiversidade, a melhoria da qualidade do solo e a maior estabilidade ecológica dos sistemas produtivos (Chagas, 2024; Marchetti et al., 2023; Schembergue et al., 2017). Ademais, 63% dos SAFs implantados nos assentamentos federais foram em áreas de Reserva Legal ou em áreas de Preservação Permanente.

Tais resultados reforçam o alinhamento de provas referentes aos SAFs com os propósitos justificativos fundados na *cité* verde. A propósito, o termo “*cité*” é concebido por Boltanski e Thévenot (1991) para associar os agrupamentos de princípios de justiça ao espaço comum de convivência no qual os atores manifestam publicamente demandas e posicionamentos, o que permite se remeter à polis da Grécia antiga. Quanto à conceituação de prova, trata-se de procedimentos desejáveis, sujeitos à averiguação a partir de valores admitidos como justos.

Então, os SAF são defendidos por seu potencial de adaptação às mudanças climáticas e de promoção de serviços ecossistêmicos, ao integrarem árvores, cultivos agrícolas e, em alguns casos, criação animal em uma mesma área produtiva (Altieri; Nicholls, 2017; Nair et al., 2021). De fato, essa forma integrada de uso da terra contribui para a melhoria da qualidade do solo, conservação da biodiversidade, proteção de recursos hídricos, sequestro de carbono e redução da degradação ambiental (Marchetti et al., 2023; Schembergue et al., 2017).

Entretanto, ao deslocar o olhar analítico para a dimensão socioeconômica, emergem limitantes importantes. As evidências empíricas indicam que, ao longo do tempo, os SAFs perderam sua função produtiva e comercial para a maioria das famílias consideradas na pesquisa. Apenas uma pequena parcela manteve produção com fins produtivos, enquanto a maior parte dos sistemas passou a desempenhar predominantemente funções de conservação. A baixa contribuição dos SAFs para a renda familiar, associada à redução do manejo, revela portanto fragilidades na sustentação da função econômica dessas iniciativas. Entre os fatores explicativos, destacam-se a descontinuidade da assistência técnica, escassez de mão de obra, distância das áreas de SAF em relação às residências, dificuldades de gestão coletiva, plantio fora do período ideal, eventos de seca severa e retração de dispositivos públicos de comercialização, especialmente com o enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) após 2016 (Schiesari, Marchetti, Horta, 2025).

Dessa forma, observa-se um deslocamento progressivo no regime de justificação que sustenta os SAFs no PDRS: de uma configuração inicialmente híbrida para uma predominância de justificativa situada na cité verde. A permanência da dimensão ecológica deve ser examinada como muito relevante do ponto de vista ambiental, permitindo sua mobilização como forma de justificação de escolhas e ações, especialmente em situações nas quais a cobrança era particularmente importante, como no Assentamento Mário Lago. Tratou-se de apresentar respostas consistentes ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que ofereceu os alicerces para a concepção deste assentamento em conformidade com os princípios constitucionais da função social do imóvel rural, neste caso no que se refere à proteção do meio ambiente. Todavia, o abandono da dimensão produtiva e econômica dos SAFs constatado pela pesquisa revela um limite importante para as estratégias das famílias assentadas. Ou seja, os SAFs acabam por não cumprir sua promessa de alternativa produtiva de baixo custo, com potencial de favorecer formas inovadoras de inserção das famílias no mercado ou, no mínimo, de contribuir com sua subsistência. A pesquisa aponta então que os SAFs não contaram com arranjos públicos continuados para que pudessem desempenhar suas funções tanto ambientais quanto econômicas. Então, a ausência de governança multiescalar, políticas integradas e compromisso político de longo prazo, reconhecendo os agricultores familiares como protagonistas da construção de sistemas agroalimentares sob uma perspectiva de sustentabilidade, implicou em rebaixamento das potencialidades socioambientais dos SAFs.

Agradecimentos

Agradecemos à FAPESP pelo financiamento do projeto (processo nº 2023/10133-0) e pelas bolsas associadas (processos nº 2024/07337-5 e nº 2023/08320-6). Agradecemos também a parceria e o apoio institucional do INCRA-SP e COPROCAM no desenvolvimento do projeto.

Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT, Laurent (1991). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
- ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. The adaptation and mitigation potential of traditional agriculture in a changing climate. *Climatic Change*, v. 140, p. 33-45, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10584-013-0909-y>
- CHAGAS, G. F. Impactos biofísicos e socioeconômicos dos sistemas agroflorestais: um estudo de caso no estado de São Paulo. 2024. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.11.2024.tde-10012025-083235>
- DIEGUES, A. C. (1996), O mito moderno da natureza intocada, São Paulo: Hucitec.
- LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature. *Revue Française de Sociologie*, v. 34, n. 4, p. 495-524, 1993. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1993_num_34_4_4292. Acesso em: 24 mar. 2026.
- LATOUR, B. Moderniser ou écologiser? À la recherche de la septième cité. *Écologie politique*, v. 13, n. 59, p. 5-27, 1995. Disponível em: <https://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/73-7TH-CITY-GB.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.
- MARCHETTI, F. F.; LOPES, K. C. S. A.; GUYOT, M.; SORRENTINO, M.; LOPES, P. R. Agroecologia: ciência, movimento político e prática social para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 18, n. 1, p. 388-415, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23714>
- MORUZZI MARQUES, P. E. Crítica e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2013.
- MORUZZI MARQUES, P. E.; BLANC, J. Contornos sinuosos de justiça ecológica. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 40, n. 2, p. 366-389, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2020.v40.670>
- MORUZZI MARQUES, P. E.; LE BEL, P.; LEÃO, V. O. P. S.; CURAN, R. M. Justiça ecológica como bússola para ações em favor da agricultura urbana e periurbana. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 4, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.239176>
- NAIR, P. K. R.; KUMAR, B. M.; NAIR, V. D. *An introduction to agroforestry: four decades of scientific developments*. 2ª Ed. Cham: Springer Nature. 2021, 666 p. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-75358-0>
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Projeto de desenvolvimento rural sustentável – PDRS. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=13536>. Acesso em: 02 março 2026.
- SCHEMBREGUE, A.; CUNHA, D. A.; MATOS CARLOS, S.; PIRES, M. V.; FARIA, R. M. Sistemas agroflorestais como estratégia de adaptação aos desafios das mudanças climáticas no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550101>

SCHIESARI, Carolina; MARCHETTI, Fábio Frattini; HORTA, Samuel. Inclusão socioprodutiva em assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo: avaliação preliminar do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. Anais do 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Vitória da Conquista: Rede de Estudos Rurais, 2025. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/62-congresso-da-sober-397784/816230/>>. Acesso em: 24 março 2026.

VAN DAM, D.; NIZET, J. Les agriculteurs bio deviennent-ils moins bio? In: *Agroécologie: entre pratiques et sciences sociales*. Dijon: Educagri, 2012. Disponível em: <https://editions.educagri.fr/>. Acesso em: 24 mar. 2026.